CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO: AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM JI-PARANÁ PELO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL JUSTO (IDS-J)

CONSIDERATIONS ON THE CONCEPT OF DEVELOPMENT: EVALUATION OF THE SOCIAL DEVELOPMENT IN JI-PARANÁ THROUGH THE FAIR SOCIAL DEVELOPMENT INDEX (IDS-J)

Ana Paula Baldez Santos <u>anasantos@tj.ro.gov.br</u> Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Manuel Antonio Valdés Borrero <u>mavaldes@unir.br</u> Universidade Federal de Rondônia - UNIR

RESUMO: Durante muito tempo o termo desenvolvimento foi usado para descrever a magnitude da produção de riquezas materiais (e não materiais) das sociedades, fazendo referência a aspectos exclusivamente econômicos. As sociedade com maior produto interno bruto (PIB) eram então, a partir desse restrito conceito de desenvolvimento, as mais desenvolvidas. Com o passar do tempo, verificou-se a necessidade de ampliar o alcance do conceito para outros aspectos não-econômicos, a final desenvolvimento é para a sociedade. Foi neste cenário de discussão teórica que se preparou este artigo, que exprime os resultados mais importantes da dissertação de mestrado da autora, sobre a avaliação do conceito de desenvolvimento em Ji-Paraná, cidade de interior de Rondônia, sob uma perspectiva conceitual ampla denominada de Índice de Desenvolvimento Social Justo (IDS-J). Com essa construção se pode verificar que a pesar do mencionado município ter tido avanços no campo econômico ainda está muito distante de possuir alto padrão de desenvolvimento social.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Desenvolvimento Social. Índice de Desenvolvimento Social.

ABSTRACT: Long term development was used to describe the magnitude of production of the material wealth (and also the not material ones) of societies, referring to economic issues only. The societies with the highest gross domestic product (PIB) were, from this restricted concept of development, the most developed. Over time, it was detected a need to broaden the scope of the concept to other non-economical aspects, after all, development must be to the society. It was in this scenario of theoretical approach that this paper was prepared, to express the most important results of the author's mastership dissertation on the evaluation of the concept of development in Ji-Paraná, one of the Rondonian country towns, under a broad conceptual perspective called Fair Social Development Index (IDS-J). Foi neste cenário de discussão teórica que se preparou este artigo, que exprime os resultados mais importantes da dissertação de mestrado da autora, sobre a avaliação do conceito de desenvolvimento em Ji-Paraná, cidade de interior de Rondônia, sob uma perspectiva conceitual ampla denominada de Índice de Desenvolvimento Social Justo (IDS-J). From such a construction, it can be seen that although the city has been achieved the progress in the economic field is still far from having a high standard of social development.

Keywords: Development. Social Development Index.

1. INTRODUÇÃO

A formulação do desenvolvimento das nações levou, por muito tempo, a formular indicadores do crescimento das riquezas nacionais, utilizando-se majoritariamente, o indicador macroeconômico de Produto Interno Bruto (PIB).

Com o passar do tempo observou-se que a despeito do crescimento e nível social do PIB, persistiam altos níveis de pobreza e aprofundamento das desigualdades sociais na maioria dos países capitalistas desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Assim, novos raciocínios enriqueceram as discussões em termos de desenvolvimento passando-se a considerar que crescimento econômico não era condição suficiente para garantir o desenvolvimento (JANNUZZI, 2002).

O reducionismo do conceito de desenvolvimento aos aspectos econômicos transformou a dimensão social em um cruel espaço de desigualdades entre os homens e, conseqüentemente, da natureza. Percebeu-se, assim, que não pode existir desenvolvimento com exclusão social, pobreza e desigualdade de oportunidades para a maioria dos membros da sociedade. É difícil reconhece que haja desenvolvimento quando seus benefícios acumulam-se longe da massa da população, impedindo-a de participar não só nos frutos da riqueza como da sua produção (MARTINS, 2002).

Nesse novo cenário do conceito de desenvolvimento, Amartya Sem e Ignacy Sachs defendem que uma caracterização consistente da sustentabilidade social do desenvolvimento deve ter como base os valores primordiais de equidade e democracia. Entendendo democracia, segundo Sachs, a apropriação efetiva de todos os direitos humanos –políticos, civis, econômicos e culturais – por todas as pessoas que terão a capacidade de fazerem e serem aquilo que tem razão em valorizar (SACHS, 2007).

Considerando-se que Ji-Paraná (antiga Vila de Rondônia) é o segundo município em importância econômica no Estado de Rondônia, perdendo apenas para Porto Velho, decidiu-se averiguar qual é o nível de desenvolvimento social desse município, apesar dos avanços tidos na área econômica. Para tanto foi construído o índice de desenvolvimento social justo (IDS-J) para esse município.

Para satisfazer esse objetivo, este artigo foi dividido em três partes fundamentais. A primeira trata dos esforços na construção de um conceito de desenvolvimento que tenha como foco o homem, assim como os esforços na construção de indicadores agregados explicativos desse desenvolvimento. A seguir se apresentam os procedimentos metodológicos de construção do IDS-J, e, por fim, na terceira parte se apresenta a discussão do resultado tido em relação ao índice de IDS-J de Ji-Paraná.

2. A CONSTRUÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTO VOLTADO PARA O SOCIAL

Além de considerar desenvolvimento uma utopia, o dicionário da língua portuguesa explica que desenvolvimento é sinônimo de crescimento, progresso ou expansão. Assim, se algo ou alguém é desenvolvido é porque cresceu e/ou se expandiu, dessa forma poderíamos definir que desenvolver é um processo quantitativo de mudanças (BUENO, 1996). Desenvolver significa expandir ou ter consciência de seu potencial para, gradualmente, atingir um estado mais abrangente, maior, ou melhor. Quando algo cresce, torna-se maior. Quando algo se desenvolve, torna-se diferente (DALY, 1992).

Então deve-se considerar ao capitalismo responsável pela determinação em crescer economicamente e a qualquer custo em nome do desenvolvimento, e também deve-se a ele o abismo entre desenvolvimento econômico e social. O reducionismo do termo de desenvolvimento apenas à dimensão econômica impõe ao social uma cruel desigualdade entre os homens e a destruição da natureza. Segundo Furtado (2009), estamos longe do verdadeiro desenvolvimento, que só ocorre quando se beneficia toda a sociedade. Superar o atual quadro social requer de criatividade.

Ao que parece não existe uma definição precisa do termo de desenvolvimento que abranja todas as aspirações da sociedade em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Talvez a imprecisão deva-se à necessidade de cada geração construir seu próprio termo de desenvolvimento, o que seria impedido caso o termo estivesse fechado a novas perspectivas.

Apesar de não existir uma definição precisa de desenvolvimento, o termo tem sido utilizado por cientistas preocupados com o assunto. Assim, Paul Singer (1982) tentou ordenar as conceituações universalmente aceita sobre desenvolvimento econômico em duas correntes, uma que identifica crescimento com desenvolvimento, e, outra em que ambos os conceitos são distinguidos. Da primeira corrente se desprendeu análise do conceito mediante índices explicativos do crescimento econômico e desprezando a análise do padrão de vida e bem-estar da sociedade. Da segunda surgiu a compreensão de que o processo de crescimento gera mudanças quantitativas e o de desenvolvimento gera mudanças qualitativas.

Assim, num primeiro momento, desenvolvimento era visto como crescimento econômico, onde eram considerados desenvolvidos aqueles países com o PIB mais elevado e com significativa contribuição das indústrias nele. Nesse momento, como já mencionado, se

utilizava de indicadores macroeconômicos per capitas para medição e comparação de níveis de desenvolvimento econômico. Segundo Celso Furtado e outros tantos:

A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos noventa por cento do que aí encontramos se funda na idéia que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que os Standards de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, estejam acessíveis às grandes massas da população em rápida ascensão que forma o chamado terceiro mundo. Essa idéia se constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial. (FURTADO, 1974).

A ONU para classificar os países de acordo o grau de desenvolvimento utilizou-se de indicadores tais como: índice de mortalidade infantil, expectativa de vida média, grau de dependência econômica externa, nível de industrialização, potencial científico e tecnológico, grau de alfabetização, instrução e condições sanitárias (SACHS, 2007).

A partir da década de 1990 as Nações Unidas mudaram seu paradigma de análise, sob influencia dos teóricos Amartya Sem e Mahbub ul Haq., se passou considerar que o desenvolvimento tinha que ser visto de forma mais ampla e deveria conter a capacidade dos indivíduos de fazerem escolhas de natureza diversas, como econômica, incluindo o direito de ir, vir, comprar e vender, a política e a cultural. Essas questões discutidas por Sen resumem os princípios da moderna economia do bem-estar e os princípios do desenvolvimento social justo.

Segundo Ignacy Sachs (2007), a referência a um processo de desenvolvimento sustentável deve atentar a cinco dimensões: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural, sendo que:

O objetivo da sustentabilidade social é melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância (econômica) que separa as classes sociais. A sustentabilidade econômica diz respeito a aumentos na eficiência do sistema, seja na alocação de recursos ou na sua gestão. A sustentabilidade ecológica concerne à preservação do meio ambiente, sem contudo comprometer a oferta dos recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano. A sustentabilidade espacial refere-se ao tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, assim como de uma melhor distribuição territorial das atividades econômicas e assentamentos humanos. Já a sustentabilidade cultural diz respeito à alteração nos modos de pensar e agir da sociedade de maneira a despertar uma consciência ambiental que provoque redução no consumo de produtos causadores de impactos ambientais.

Diversos autores (SIENA, 2002; SILVA, 2009; COSTA, 2008) mediante a construção de índices agregados, realizaram esforços para explicar desenvolvimento sustentável a partir de um número final elaborado a com base na melhor qualificação e quantificação das cinco dimensões. Apesar da valiosa contribuição desses trabalhos percebeu-se que as questões sociais são tratadas superficialmente. A causa mais provável dessa desatenção pode ser o volume de dados necessários para a construção dos índices e indicadores agregados, ou mesmo a não percepção de que a dimensão social se deveria sobrepor em importância as outras, a final desenvolvimento é para o homem.

Nesse sentido, diversas iniciativas foram postas em práticas, entre elas o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, segundo da Silva (2009), a partir de 1990, ganhou notoriedade devido a simplicidade de cálculo e a disponibilidade de dados para todos os países. Este índice possui versão municipal denominada IDH-municipal.

A elaboração do Atlas da Exclusão Social no Brasil, organizada por Márcio Pochmamn e Ricardo Amorim (2004), a partir dos dados censitários do IBGE/2000 partiu da convenção de que a exclusão social é fruto da forma dependente como o país se inseriu na divisão internacional do trabalho sendo o processo de industrialização brasileiro resultado da obediência ao capital internacional.

O Índice de Exclusão Social (IEX) foi desenvolvido pelo Núcleo de Seguridade e Assistência Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 1996, com a finalidade de mostrar em um mapa, "Mapa da exclusão/inclusão Social" as diferenças sociais da pobreza e exclusão das suporte à elaboração de políticas públicas de inclusão social (SPOSATI, 1996).

Na sua composição o IEX considera temas ou utopias que explicam aspectos importantes no desenvolvimento de uma sociedade socialmente sustentável. As utopias estão baseadas no conceito de desenvolvimento humano implantado pela ONU/PNUD, são as seguintes: autonomia, equidade de vida, desenvolvimento humano e política.

O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) foi elaborado por duas instituições distintas: pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esse índice compõe-se da média aritmética de três índices: IDS-R (pela renda), IDS-S (pela saúde) e o IDS-E (pela educação).

Por sua vez, o Índice de Desenvolvimento Social-Justo (IDS-J) proposto neste trabalho incorporou as dimensões e variáveis propostas nos índices de exclusão (IEX) e no de desenvolvimento social (IDS) seguindo no seu cálculo a metodologia do IDH tradicional.

3. ASPECTOS METODOLOGICOS NA CONSTRUÇÃO DO IDH-J

A construção do IDS-J foi feita a partir da preocupação em dimensionar até que ponto os cidadãos da cidade de Ji-Paraná encontram-se amparados socialmente pelo Estado e se estes possuem oportunidades suficientes para concorrerem no mercado de trabalho, para tanto foi estipulado um método de transformação das variáveis encontradas no CENSO 2000, DATASUS, CENSO Escolar/2000, para uma escala de intervalo linear entre zero e um, com pesos iguais para a conversão dos indicadores.

A fórmula estabelecida para a conversão dos indicadores segue a mesma orientação do IDH tradicional.

$$1 - {Xobservado - Xminimo \choose Xmáximo - Xminimo} = \frac{Xmáximo - Xobservado}{Xmáximo - Xminimo}$$

Foram estabelecidas três características significantes para a escolha dos indicadores: primeiramente a existência de dados municipais confiáveis e de fontes oficiais; em segundo, que estes tenham sentido claro e fácil de ser comprovado; e por último a correção do sentido da variável, deixando sempre no sentido positivo através da fórmula:

O estudo de caso da cidade de Ji-Paraná tem estreita relação com a urbanização das cidades médias amazônicas, onde a presença do Estado foi marcante na efetivação do capital econômico e insipiente na execução de políticas sociais.

Também na organização, construção e cálculo dos indicadores foi realizado levantamento bibliográfico nos trabalhos de Silva (2009), Costa (2008), Ribeiro (2002), Siena (2002) e Sacandar Neto (2006).

Os critérios estipulados para a indicação de inclusão/exclusão foram:

EXCLUÍDO –	0,000 < IDS-J < 0,300
REGULAR -	$0,300 \le IDS-J < 0,500$
BOM -	$0,500 \le IDS-J < 0,700$
INCLUÍDO -	$0.700 \leq IDS-J < 1.0$

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

No que diz respeito a utopia econômica a foi explicada pela forma de distribuição de renda no município, o IDS-renda alcançou o valor de 0,4. Veja se essa informação no quadro No.1, a seguir.

Quadro 1: Resultados da utopia renda no município de Ji-Parana.

		Variável		Indicador	Indicador	Indicador
	Utopia			Primário	Convertido	Temático
		Chefe de família sem				
		rendimento	,77			
		Chefe de família com até 1/4				
		salário mínimo	,19			
		Chefe de família com ¼ a ½				
		salário mínimo	,05			
		Chefe de família com ½ a ¾				
		do salário mínimo	,0			
		Chefe de família com renda				
		de ¾ a 1 salário mínimo	5,63			
		Chefe de família com mais				
7	g	de 1 a 11¼ do salário	,18			
L-SCII	enc	mínimo				
ı	Autonomia Renda	Chefe de família com mais		Índice Gini		
		de 1 1¼ a 1 1 ½ do salário	,86 do			
		mínimo		rendimento	0,4	0,4
		Chefe de família cm mais de	c 20	domiciliar		
		1 ½ a 2 salários mínimos	6,38	per capita		
		Chefe e família com mais de	2			
		2 a 3 salários mínimos	3			
		Chefe e família cm mais de 3	4.60			
		a 5 salários mínimos Chefe e família cm mais de 5	4,68			
		a 10 salários mínimos	3,81			
		Chefe e família cm mais de	3,81			
		10 a 15 salários mínimos	2			
		Chefe e família cm mais de	,2			
		15 a 20 salários mínimos	,97			
		Chefe e família cm mais de	,91			
		20 a 30 salários mínimos	,84			
		Chefe e família com mais de	,			
		30 salários mínimos ¹	,27			

Fonte: Elaboração própria.

¹ Salário mínimo vigente no ano 2000: R\$151.00

Pode-se observar no quadro No.1, o indicador convertido e temático da cidade de Ji-Paraná ficou abaixo do índice Gini, expressando a desigualdade existente no município na distribuição de renda.

No quadro N° 2 a seguir se apresenta os resultados os indicadores de desenvolvimento humano em educação, por chefe de família, os resultados seguem o mesmo desempenho da utopia anterior onde os chefes de família possuem baixa escolaridade por conseguinte o indicador temático fica abaixo das balizas estipuladas.

Quadro 2: Resultados do Índice de Desenvolvimento Humano em Educação de Ji-Paraná.

	UTOPIA	VARIÁVEL	%	Indicador	Indicador	Indicador
	CTOTIA	VARIAVEL		Primário	Convertido	Temático
r-sai	Desenvolvimento Humano e Educação	Chefe de família sem instrução ou menos de um ano de estudo Chefe de	16,18	Quantidade Média de anos de estudo por chefe de família		
		família com 1 a 3 anos de estudo				
		Chefe de família com 4 a 7 anos de estudo	35,36		0,026	0,026
		Chefe de família com 8 a 10 anos de estudo	12.21			
		Chefe de família com 11 a 14 anos de estudo	13,68			
		Chefe de família com 15 ou mais anos de estudo	3,52			

Fonte: Elaboração própria.

O IDS-J para educação alcançou um valor muito baixo, IDS-J=0,026, caracterizando um desenvolvimento educacional na região muito desigual. Para atingir um nível aceitável desta utopia necessário se faz a junção das forças sociais e estatais para erradicação dos

fatores que contribuíram para a estagnação do sistema educacional na região Norte. Segundo o relatório elaborado pela UFPA (Universidade Federal do Pará) sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para a Região Norte no ano de 2007, esta região teve uma piora do indicador entre 1991 a 2004 pois mostrou que o sistema não consegue reter os alunos do ensino fundamental nas séries seguintes, enquanto a média da região Norte foi de 7.5 para o ensino fundamental e de 10.4 para o ensino médio em 2004, no mesmo ano Rondônia teve uma evasão de 10.9 e 15 nas respectivas séries.

A quadro N° 3 identifica-se um indicador regular de desenvolvimento quanto a qualidade de vida no ambiente construído pela sociedade do município. O indicador abrangeu saneamento básico, coleta de lixo e água encanada.

Quadro 3: Resultados do IDS-J de qualidade de vida e ambiental em Ji-Paraná.

	Utopia	Variável		%	Indicador Primário	IndicadorConvertido	Indicador Temático
IDS-J	al	nent	Rede geral	0,76	Percentual de domicílios que dispõe de serviços de abastecimento de água		0,43
		Abasteciment o de água	Poço	47,26		0,31	
			Outros	0,36			
	Qualidade de Vida e ambiental	Saneament o Básico	Rede geral	3	Percentual de	0,251	
			Fossa séptica	7	domicílios que dispõe de serviço saneamento básico		
			Fossa rudimentar	80			
			Vala				
			Rio	2			
		Lixo	Coletado	73	Percentual de domicílios que	0,732	
			Não Coletado	27	dispõe de serviços de coleta de lixo		

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se no quadro 3 que o indicador de coleta de lixo elevou o índice geral por estar na média estabelecida pelo Ministério da Saúde, entretanto o indicador esgotamento sanitário tem baixo desempenho. Em todo o Estado a construção de redes de esgoto é muito limitada.

A utopia Política foi inserida com a intenção de identificar a proposta governamental na oferta de serviços, implementação de políticas públicas e participação popular. Verifique-

se no quadro 4 com um IDS-J de 0,54, que apesar dor problemas do município há uma estrutura política de bom desenvolvimento que incide na localidade, mesmo que os resultados tidos nas diferentes políticas não tenham tido os resultados esperados.

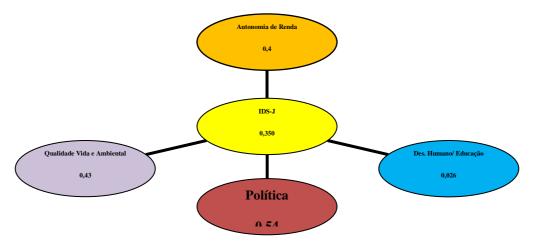
Quadro 4: Resultados do IDS-J de políticas em Ji-Paraná.

	Utopia		Variável	Indicador Primário	Indicador Convertido	Indicador Temático
	Política	Educação	Nº de instituições com o ensino pré-escolar	Oferta de acesso ao pré-escolar		
			Nº de instituições com o ensino fundamental	Oferta de acesso ao ensino fundamental	0,618	
J			Nº de instituições com o ensino médio	Oferta de acesso ao ensino médio		
L-SQI		Política Participação Saúde	Nº de estabelecimentos de saúde: ambulatórios: consultórios odontológicos	Número de médicos por 1000 hab :0,20 Oferta de serviços de saúde: 1.76		0.54
			Nº de hospitais	Número de leito por 1000hab	0.122	0,54
			Situação do conselho municipal de saúde	Existência do conselho municipal de saúde		
			Situação do conselho municipal de assistência social	Existência do conselho municipal de assistência social	0,000	
			Situação do conselho municipal de educação	Existência do conselho educação		
			Identificação das metas da Agenda 21 local	Existência da Agenda 21 local		

Fonte: Elaboração própria.

Depois da análise dos diversos componentes d IDS-J exposta anteriormente, se pode concluir que o IDS-J geral para o município de Ji-Paraná foi de 0,35. Esse resultado caracteriza um desenvolvimento social regular, em que pesa uma péssima distribuição de renda e péssimos resultados na educação daquela população. A figura 1 sintetiza esses resultados.

Figura 1: O IDS-J de Ji-Paraná.



Fonte: Elaboração Própria.

5. CONCLUSÕES

A avaliação do desenvolvimento social de Ji-Paraná permitiu compreender que os avanços isolados na esfera econômica não autorizam considerar o município em estágio de desenvolvimento. Esse município que nos últimos anos ocupava a segunda economia do Estado de Rondônia mostrou-se insuficiente para dar bem-estar social a maioria dos seus indivíduos.

O IDS-J alcançou valor de 0,35; valor que caracteriza o seu desenvolvimento como não justo. Na contribuição a esse baixo desempenho pode-se citar o baixo desempeno educacional da região (IDS-J=0,026). Esse valor foi construído com base o grande número de famílias concentrada nas faixas de poucos anos dedicados ao estudo.

Chamou a atenção que a pesar da diversidade de instituições na área de políticas públicas que levou a um IDS-J de política de 0,54, o maior valor, se percebeu que não há participação da população na elaboração do seu destino. Situação que atenta diretamente contra o conceito de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo, FTD, 1996.

COSTA, Gleimíria Batista da. *Indicadores e Índices de Desenvolvimento sustentável do Município de Guajará Mirim (RO)*. Porto Velho: PPGDRA/UNIR, 2008.

DALY, Herman E. Crescimento Sustentável: Um Teorema da Impossibilidade. Gaia. 1992.

FURTADO, Celso. O Mito do desenvolvimento econômico. Ed. Paz e Terra, 4ª edição. 1974.

____. O Novo Brasil. Disponível em HTTP://gab.miltontemer.sites.uol.com.br/tribuna_debates/307.html. Acessado em 29/09/2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2000*. Rio de Janeiro. Disponível em http://www.ibge.gov.br

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas municipais*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 36, p. 51-71, jan./fev. 2002.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

POCHMANN, Marcio e AMORIM, Ricardo. *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. 3ª edição. Cortez Ed.São Paulo, 2004.

RIBEIRO, Adagenor Lobato. *Modelo de Indicadores para mensuração de desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Tese (Doutorado Ciências: Desenvolvimento Sócio Ambiental). Belém. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA. Universidade Federal do Pará, UFPA, 2002.

SCANDAR NETO, Wadih João. Síntese que organiza o olhar: uma proposta para construção e representação de indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação para os municípios fluminenses. 2006. 120fls. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas sociais). Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/RJ, 2006.

SACHS, Ignacy. *Rumo à Ecossocioeconomia – Teoria e prática do desenvolvimento*. Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SIENA, Osmar. *Método para avaliar o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável*. Tese de Doutorado, Santa Catarina: CTC/PPGEP/UFSC, 2002, 234f.

SILVA, Rudmeire Maria Ferreira da. *Avaliação do desenvolvimento no município de Porto Velho sob a perspectiva da sustentabilidade*. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: PPGDRA/UNIR, 2009.

SINGER, Paul. Desenvolvimento e crise. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 3ªed. 1982.

SPOSATI, Aldaíza (Coord.). *Mapa da exclusão/inclusão social de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1996.